

PARECER TÉCNICO CTPNRH

Avaliação do PRH-MDA - Plano de Recursos Hídricos da Margem Direita do Amazonas

A CTPNRH recebeu, em 27 de setembro de 2010, o Ofício nº 91/2010/CNRH/SRHU/MMA, encaminhado pelo Secretário-Executivo do CNRH, solicitando a manifestação desta Câmara em relação ao documento do PRH-MDA - Plano de Recursos Hídricos da Margem Direita do Amazonas, de modo a poder propiciar, ainda em 2010, uma deliberação do Plenário do CNRH sobre o documento.

Trata-se de plano de recursos hídricos que abrange território formado pelas bacias, em território nacional, dos rios, entre outros, Xingu, Tapajós, Madeira, Purus, Juruá, Jutai e Javari, com uma área de 2,54 milhões de km², onde vivem cerca de 5 milhões de brasileiros.

A elaboração do Plano foi motivada pela necessidade de se prover o País e o SINGREH de informações e elementos suscetíveis de apoiar as ações de gestão de recursos hídricos em uma região em que já ocorrem inúmeros problemas associados ao uso, à conservação e à proteção dos recursos hídricos.

Em sua elaboração, buscou-se observar, no que se mostrava pertinente, o preconizado na Lei nº 9.433, de 1997, na Resolução CNRH nº 17, de 2001, na Resolução CNRH nº 80, de 2007 e no Programa X do PNRH - Gestão Ambiental de Recursos Hídricos na Região Amazônica.

O PRH-MDA desenvolve diagnóstico e prognóstico sobre a questão dos recursos hídricos na região, propondo diretrizes de compatibilização entre usos da água, metas e estratégias de intervenção, assim como programas de ação.

Trata-se de trabalho técnico de qualidade, que traz um diagnóstico original e integrado sobre a questão da água nessa região. Apresenta, também, uma série de propostas de programas e sub-programas, quantificando o esforço financeiro necessário para implementação. A maioria dos membros da Câmara entendeu que o diagnóstico e a proposição de programas contidos no Plano constituem elementos pertinentes e oportunos para apoiar decisões por parte das diferentes instâncias envolvidas na gestão dos recursos hídricos daquela região do País.

A maioria dos membros da Câmara Técnica entendeu, também, que se trata de documento que estará sujeito a um contínuo aperfeiçoamento, não só em função das discussões que o conteúdo do documento irá ensejar em diferentes fóruns, mas também devido a um processo estruturado de revisão quadrienal proposto pelo próprio PRH-MDA.

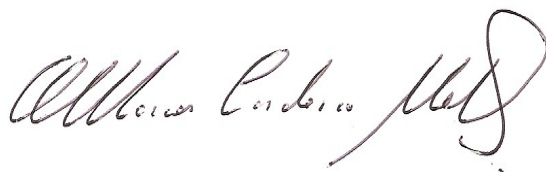
De uma forma específica, recomenda a Câmara Técnica que:

- que a avaliação sobre enquadramento dos cursos d'água se restrinja à formulação de um diagnóstico e de diretrizes de enquadramento, reservando-se para etapas posteriores a eventual formulação de proposições de enquadramento;

- que a avaliação sobre alocação quantitativa de água se restrinja à formulação de cenários de alocação, sem caráter propositivo e sem alçar o processo de alocação à condição de um instrumento de gestão de recursos hídricos;
- que não se considere, entre as missões propostas para o Colegiado Gestor do Plano, aquela de mediar conflitos pelo uso da água;
- que se altere a representação de cada um dos cinco Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos no Colegiado Gestor, passando-se de um membro indicado pelo Conselho Estadual para dois membros indicados, sendo um representando, obrigatoriamente, os setores usuários da água e o outro representando, obrigatoriamente, as organizações civis de recursos hídricos;
- que se altere a representação de nível federal no Colegiado Gestor, passando-se para seis membros, com um representante da ANA, um representante do MPOG, um representante da SRHU/MMA, um representante do MMA, de instância responsável por formulação de políticas ambientais para a Amazônia e com dois representantes escolhidos pelo CNRH, sendo um representando, obrigatoriamente, os setores usuários da água e o outro representando, obrigatoriamente, as organizações civis de recursos hídricos;
- que se determine ao futuro Colegiado Gestor promover, nos dois anos que se seguirem à sua constituição, ampla divulgação e discussão sobre o PRH-MDA, com vistas a tornar as análises e proposições do Plano mais visíveis e úteis para a sociedade;
- que se assuma um compromisso para complementar o diagnóstico do uso da água, com a avaliação do uso dos recursos hídricos pelo setor turismo e de seus reflexos na gestão integrada de recursos hídricos na Região.

Diante do exposto e com base nos documentos apresentados, examinados e discutidos, a CTPNRH é de opinião de que o documento em questão, submetido à sua apreciação, representa uma contribuição importante, pertinente e oportuna para a gestão dos recursos hídricos, razão pela qual considera esta Câmara não haver restrições para que esse documento possa ser encaminhado para discussão, apreciação e deliberação pelo Plenário do CNRH, desde que acatadas as recomendações aqui apresentadas.

Em 10 de novembro de 2010,



OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO
Presidente da CTPNRH